



Plutarco e a Romanização da Grécia: Perspectivas Historiográficas

Gregory da Silva Balthazar¹

Submetido em Agosto/2012

Aceito em Novembro/2012

RESUMO:

Que Roma teve um dos maiores impérios do qual se tem notícia é um fato bem documentado, mas, como puderam, habilmente, manter um império tão vasto que durou séculos em aparente harmonia? A partir do conceito de romanização, é recorrente a defesa, por parte da historiografia moderna, de que autores gregos do período início do principado, do qual Plutarco fez parte, escreveram somente para a divulgação e a manutenção da política imperial. Contudo, alguns estudiosos passaram a empregar, recentemente, a teoria foucaultiana sobre a resistência cultural, demonstrando o quanto a análise da romanização tornou-se insuficiente no caso de Plutarco, uma vez que o intuito desse autor é demonstrar a contribuição grega na formação do Império. Nesse artigo discutiremos a respeito da trajetória dos debates sobre os escritos de Plutarco e sua relação com o Império romano.

Palavras-Chaves:

Historiografia; Plutarco; Romanização; Resistência; Roma Antiga.

ABSTRACT:

That Rome had one of the biggest empires we know of is a well-documented fact, but, how they could adroitly keep such vast empire that lasted out for centuries in apparent harmony? As from the concept of Romanization, modern historiography repeatedly argued that Greek authors of the beginning of the Empire, as Plutarch, wrote only for the dissemination and maintenance of imperial policy. However, some researchers began to employ recently the Foucault's theory of cultural resistance, showing how the analysis of Romanization became insufficient in the case of Plutarch, considering that his aim is to demonstrate the Greek contribution to the formation of the Empire. In this article, we discourse regarding the path of the debates about the Plutarch's writings and his relationship with the Roman Empire.

Key Words:

Historiography; Plutarch; Romanization; Resistance; Roman History.

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná. Membro da **Comissão de Estudos e Jornadas de História Antiga** (PUCRS) e dos Grupos de Pesquisas **Antiguidade e Modernidade: Usos do Passado** (UFPR/UNIFESP) e **Gênero, Sexualidade e Sociedades** (USC) E-mail: gsbalthazar@gmail.com



Introdução

A historiadora Joan Scott (1990, p. 14) pontuou, ao assumir uma posição teórica pós-estruturalista, a necessidade de substituir a noção de um poder socialmente unificado, coerente e centralizado, então vigente na escrita histórica, por uma postura mais próxima do conceito foucaultiano de poder, entendido como constelações dispersas de relações desiguais, constituídas pelos discursos de forças sociais.

Logo, as ideias de Michel Foucault (2007, p. 179) permitiram transtornar uma ideia formal de poder, enseada em concepções de centralidade e posse, para uma noção de redes de poderes, que são exercidos de diferentes formas, lugares e direções da sociedade, ou seja, no entendimento foucaultiano, o poder não se encontra localizado em um lugar específico da estrutura social, pois existem múltiplas relações de poder em um dado corpo social, que são derivados e se estabelecem a partir de um discurso. Em sua obra *Vigiar e Punir*, Michel Foucault definiu:

Ora, o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma ‘apropriação’, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que se seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou uma conquista que se apodera de um domínio. Temos, em suma, de admitir que esse poder se exerce mais do que se possui, que não é ‘privilégio’ adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas – efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados (2004, p. 26).

No contexto desse referencial, intelectuais de diferentes áreas passaram a problematizar a concepção se que um polo exerce poder de maneira estável sobre outro. No âmbito dos estudos clássicos, por exemplo, as últimas décadas foram marcadas por reflexões sobre as relações de poder experienciadas entre o Império romano e suas províncias, como tem sido o caso das/os comentaristas de Plutarco. Assim definido, objetivamos, no presente estudo, compreender as diferentes posições das/os estudiosas/os acerca da relação entre Plutarco e Roma, ou melhor, entre um homem grego sob o domínio imperial romano.



A Vida de um Grego no Império

Plutarco, autor de cerca de cinquenta biografias de ilustres homens gregos e romanos, não nos relegou nenhum trabalho sobre sua vida. Christopher Jones (1971, p. 13), por exemplo, observou como a história de vida desse autor pode apenas ser conhecida por pequenas pistas diluídas ao longo de sua obra, logo, devido a estes poucos registros, não foi possível ainda realizar uma reconstituição completa sobre sua vida ou mesmo uma datação precisa.

Plutarco nasceu, provavelmente, em meados dos anos quarenta a.e.c.² em Queroneia, localizada na região grega da Beócia, situada entre os golfos de Eubeia e de Corinto. Essa pequena cidade da parte oriental do território grego também ficou conhecida por ter sido o palco da batalha final entre os helenos e os exércitos do rei Filipe da Macedônia, no século quinto a.e.c. Segundo C. J. Gianakaris (1970, p. 22), Plutarco foi filho de uma rica família beócia, que por gerações ocupou posições cívicas de autoridade na região de Queroneia. Além disso, o autor definiu como este filho de Autóbulus e irmão de Lâmprias e Timom, graças à riqueza proveniente da terra, pode, por volta dos dezessete anos, ir à Atenas buscar sua formação em um rico currículo humanista, a saber, a retórica, a física, a matemática, a ciências naturais, a medicina e, principalmente, a filosofia (GIANAKARIS, 1970, p. 22-23).

A historiadora Maria Aparecida de Oliveira Silva (2006b, p. 26) expôs, nesse contexto, como Plutarco, ao se mudar para Atenas, um dos principais centros intelectuais do mundo antigo, tornou-se discípulo de Amônio de Lamptra, filósofo egípcio ligado à escola platônica; definindo assim como o biógrafo beócio teve sua produção intelectual fortemente marcada pelos ensinamentos de seu mestre, isto é, Plutarco tomou o pensamento platônico como sua principal referência. A plutarquista afirmou, ainda, que Plutarco, após seus estudos na cidade ática, realizou viagens pela Grécia, Sicília, Ásia Menor e Alexandria com o objetivo de enriquecer seus

² As terminologias *antes da era comum* (a.e.c.) e *era comum* (e.c.) vêm sendo empregadas em diversos estudos, especialmente os de língua inglesa, como uma forma de substituição das nomenclaturas *antes de Cristo* e *depois de Cristo*, uma vez que, enquanto uma ferramenta pedagógica, muitas vezes concebida como algo pré-dado, normatiza nosso olhar a partir de uma concepção religiosa, ou seja, este tipo de datação é um processo educativo que regula nossa forma de pensar o passado.



conhecimentos; no ano 68 a.e.c., entre tanto, voltou para sua terra natal onde constituiu família, escreveu suas obras, visitou inúmeras vezes Roma, assumiu cargos políticos e se dedicou por vinte anos ao sacerdócio em Delfos (SILVA, 2006b, p. 26-27). Nesse contexto, Christopher Jones apresentou uma divisão convencional da vida de Plutarco em três períodos distintos da história romana:

O período de formação, referente à sua juventude e educação, recai aproximadamente sob Nero; o de sua maturidade (o menos conhecido) sob os Flávios; e sua velhice, período em que escreveu a maioria de suas obras sobreviventes, sob Nerva e seus sucessores (1971, p. 13).

De fato, apesar de ser um homem grego, Plutarco viveu sob a égide do domínio imperial romano, sobrevivendo a vários imperadores, de Nero a Adriano. De tal modo, à época do nascimento do intelectual grego, a Grécia já havia experimentado mais de dois séculos de domínio romano. Para Maria Aparecida de Oliveira Silva (2006b, p. 27), neste contexto vivenciado por Plutarco, entre o primeiro e segundo século e.c., chamado de *felicitas temporum*, os domínios romanos gozaram de uma relativa tranquilidade militar, o que permitiu o fomento à produção intelectual tornar-se um hábito da realeza romana, ou seja, essa política pacifista experimentada no Mediterrâneo antigo oportunizou a Plutarco ministrar palestras às classes abastadas da *urbs* romana.

Nesse sentido, seu renome enquanto intelectual lhe proporcionou amizades com romanos politicamente importantes, como o cônsul Mestrio Floro que obteve a cidadania romana para Plutarco, provavelmente junto ao imperador Vespasiano. De fato,³ a importância de Plutarco enquanto intelectual foi reconhecida pelo poder imperial, rendendo-lhe, no governo de Trajano, diferentes cargos políticos, a saber, procurador, embaixador e procônsul (JONES, 1970, p. 28-30; 43). “Em 125 d.C., Plutarco pagou um óbolo ao barqueiro Caronte e navegou tranquilo nas turvas águas do rio Aqueronte, em direção ao Hades” (SILVA, 2006b, p. 28).

Plutarco nasceu e viveu em um mundo dominado por Roma, que, ao mesmo tempo em que centrou o poder governamental para si, apoiou as classes abastadas em

³ Como Maria Aparecida de Oliveira Silva (2006, p. 27) observou, Plutarco adotou em homenagem a seu amigo o nome Mestrius Plutarco, mas não há como afirmar qual Imperador lhe concedeu o título de cidadão romano em virtude do desconhecimento das/os estudiosas/os sobre o período preciso em que Mestrio Floro foi cônsul.



suas próprias cidades (JONES, 1971, p. 43-44). De fato, segundo Christopher Jones (1971, p. 20), Plutarco manteve relações de diferentes ordens com Roma: como diplomata representante de Queroneia, como amigo de romanos pertencentes à elite e, também, enquanto filósofo.

Roma demonstrou, nessa premissa, uma importante capacidade de manter uma forte unidade política, ao mesmo tempo em que preservou um caráter multi-étnico e multi-cultural, com a absorção de parte da cultura grega pela romana (GUARINELLO, 2006, p. 17-18). Esse empreendimento da política romana contou com a cooptação de intelectuais gregos a serviço do Império, com vistas a uma manutenção e divulgação do poder imperial; por muito tempo, a historiografia entendeu Plutarco como membro pertencente a esse grupo de intelectuais que apoiaram a política imperial, mediante o seu alinhamento ideológico com o imperador (SILVA, 2007, p. 31). Assim, muitos estudiosas/os colocaram Plutarco em um grande *balaio* da historiografia laudatória romana, ideia defendida por muitas/os especialistas e não especialistas.⁴

Essa concepção esteve vinculada a uma preocupação maior de explicar como a expansão do Império romano teria levado a uma série de mudanças socioculturais nas províncias e, finalmente, à absorção da cultura e da identidade romana, a saber, a *romanização*. O arqueólogo Richard Hingley (2010, p. 33-34) evidenciou como este conceito foi um produto moderno, estando vinculado com as concepções de *progresso* e *desenvolvimento* próprios do século XIX e do início do XX.

A historiadora Renata Garraffoni (2005, p. 87) enfatizou, ao cotejar o pensamento de intelectuais pós-coloniais e pós-estruturalistas, que a romanização era, inicialmente, um conceito linear, teleológico e profundamente vinculado à visão inglesa imperialista, ou seja, na base argumentativa da ideia de romanização encontra-se um uso amplo das imagens do Império romano, que foram apropriados para definir a identidade britânica e sua missão civilizadora. Então, para a autora:

⁴ Philip Tétart (2000, p. 24), dentro dessa ideia de uma historiografia romana laudatória, colocou como: “Lacunar e às vezes imprecisa ou evasiva no plano dos fatos históricos, Clio romana não é uma ciência. (...), é um pensamento superficial enaltecendo as virtudes romanas no plano moral e político. Pois o objetivo da maioria dos historiadores é impedir o desmoronamento moral de Roma”.



Em outras palavras, há uma transposição de valores ingleses para o passado romano, isto é, acreditava-se que os ingleses herdavam dos romanos, via descendência bretã, a missão de civilizar povos bárbaros no mundo. Assim como havia uma definição binária inglês/não civilizados, historiadores modernos transpuseram para uma noção que ainda resiste na historiografia; a ideia da oposição romano/bárbaro (GARRAFFONI, 2005, p. 87).

No caso específico da Grécia, Renato Pinto (2007, p. 230) mencionou como, apesar de ser concebida como modelo, as/os historiadoras/es, defensoras/es da romanização, pautadas/os nos escritos latinos, evidenciaram como a Hélade esteve indisciplinada/incivilizada no final do período republicano, ou seja, embora a ideia de civilidade tenha sido concebida na Grécia, coube aos romanos levá-la e difundi-la ao resto do mundo, pois o papel de Roma foi o de governar para promover condições que levariam à plena realização dos povos, tornando-os civilizados.

Essas concepções sobre romanização, problematizadas pelas/os autoras/es ora citadas/os, demonstram como a ideia cristalizada, de uma cultura romana superior transmitida aos povos bárbaros com o objetivo de lhes levar a civilização, foi um fruto da política expansionista inglesa do século XIX. Logo, “essa postura em que a cultura romana é apresentada sob um prisma monolítico obscurece a heterogeneidade que envolve a negociação de poder e identidade” (GARRAFFONI, 2005, p. 88).

Richard Hingley (2010, p. 39) problematizou, nesse contexto, a concepção dos estudos romanos que argumentaram como as províncias, assim que conquistadas e pacificadas, raramente demonstraram oposições ao controle romano, uma ideia que, de maneira geral, foi furto da impressão que as fontes literárias deixaram em nossas cabeças. O autor destacou, portanto, como essa historiografia, vinculada ao conceito de romanização, considerou como, afora pontuais revoltas no início do principado, as províncias se estabeleceram pacificamente enquanto territórios pró-romanos. Ao se aproximar da concepção foucaultiana de poder, anteriormente mencionada, Richard Hingley percebeu que as formas de resistência podem ser sutis e não claramente manifestas, o que o levou ao entendimento de que:

A maioria dos indivíduos dentro de uma sociedade é capaz de dominar outros, e todos os indivíduos são, eles próprios, dominados. Por isso, a elite nativa tribal provavelmente não deve, apenas, ter adotado novos conceitos a fim de simbolizar suas relações com aqueles que



dominaram ou desejaram dominar; eles podem, além disso, ter reagido a outros pelos quais eles eram dominados.

(...)

É evidente que os indivíduos tinham a sua disposição escolhas variadas na resposta à situação imperial. A conquista ofereceu novas oportunidades para alguns membros da elite no tocante à dominação e ao controle social, mas deve ter representado uma ameaça à liberdade e à segurança de alguns produtos agrícolas. Por outro lado, alguns membros da elite podem, por vezes, ter se sentido ameaçados pelas mudanças sociais e o exército romano, sem dúvida, ter proporcionado, para alguns homens nativos, uma válvula de escape ao penoso trabalho na agricultura (HINGLEY, 2010, p. 40-41).

A concepção de resistência, então, surge como uma forma de problematizar a homogeneidade do discurso de romanização, ou seja, ao se alinharem à concepção de poder foucaultiana, passou-se a conceber que:

(...) onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) essa nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder. (...) Esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder. Portanto, não existe, com respeito ao poder, *um* lugar da grande Recusa – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. . Mas sim resistências no plural, que são casos únicos (...). As resistências não se reduzem a uns poucos princípios heterogêneos; mas não é por isso que sejam ilusão, ou promessa necessariamente desrespeitada. Elas são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nestas relações como o interlocutor irreduzível (FOUCAULT, 2009, p. 106).

Portanto, para Michel Foucault sempre há espaço para resistência, pois, caso contrário, não há uma relação de poder e, sim, de violência, ideia que vai de encontro à noção de *pax romana* presente na teoria de romanização. É nesse ensejo que estudiosas/os têm repensado a obra plutarquiana, especialmente o caráter político de sua escrita. Assim, essa historiografia destacou a existência de um caráter de resistência no discurso plutarquiano e de uma revalorização da cultura grega no Império. Tendo essas questões em mente, realizaremos um debate sobre essas duas perspectivas sobre a obra plutarquiana: a primeira, ligada à teoria de romanização, identificou o discurso do biógrafo como laudatório à política romana; no segundo, ao questionar essa visão generalizante de um discurso “comprado” pelo Império e (extremamente presente na escrita egiptológica sobre Cleópatra) e da possibilidade de resistência nas relações de



poder, primou pelo entendimento das subjetividades do próprio intelectual presente nas linhas de seus inúmeros trabalhos.

Plutarco: Passividade ou Resistência Grega no Império?

O caráter plural da vida intelectual e artística do Império romano refletiu a complexa estrutura social, política e cultural vivenciada na Roma antiga, que, segundo o historiador Norberto Luiz Guarinello (2009, p. 148), “(...) representou uma experiência histórica concreta de unificação de diferentes povos e culturas, sob a égide de um poder centralizado, mas que mantiveram durante séculos suas identidades próprias e separadas”. Inferimos, assim, como o Império romano não representou um corpo social homogêneo em si, mas, devido à sua política expansionista, circunscreveu uma pluralidade de experiências socioculturais.

Com objetivo de reprimir o potencial desagregador presente em seu caráter multifacetado, o Império investiu, com o auxílio de suas elites, na construção e valorização político-cultural das identidades grega e romana (GUARINELLO, 2009, p. 152). Deste modo, a centralidade política romana esteve principalmente vinculada a uma divisão dos territórios do Império em duas áreas linguístico-culturais, dotadas de prestígio social e de eficácia político administrativa: na parte ocidental do Império houve um amplo processo de criação de uma identidade romana, pautada na difusão do latim, na construção de uma história comum e na adoção de hábitos e costumes romanos; na parte oriental do território imperial, Roma encontrou e preservou uma difundida tradição grega que atuou por meio de um sistema cultural de intercâmbio, como uma cultura franca que permitiu o contato entre povos e pessoas com substratos culturais próprios, aos quais se sobrepunham sem anulá-los (GUARINELLO, 2009, p. 153-154).

Nesse sentido, essas duas grandes construções culturais auxiliaram a manter unido o mosaico étnico do Império, um instrumento para construir e gerenciar uma identidade imperial que legitimou a posição do imperador e a supremacia das elites nas diferentes cidades do território romano. Estes fatos evidenciaram, no entender do autor supracitado, como a criação, manutenção e afirmação de identidades foram de



importância crucial para a manutenção da política e unidade imperial (GUARINELLO, 2009, p. 152).

Desse modo, a cultura grega se tornou um instrumento eficiente para a manutenção da ordem imperial, principalmente porque esteve bastante difundida entre as elites das diferentes sociedades sobre a égide romana. Por este fato, a conservação da tradição grega foi amplamente incentivada pelo poder imperial, principalmente a partir do segundo século e.c. Como exemplo dessa política romana, a historiadora Rebecca Preston (2001, p. 86-87) demonstrou como o imperador Adriano incentivou o chamado *philhellenismo*⁵ com vistas a reforçar e promover o poder político romano, como na formação do pan-helenismo.⁶

É justamente a partir desse contexto, como já mencionado, que algumas/ns estudiosas/os reforçam a teoria de dominação cultural e política dos romanos sobre um grupo de intelectuais provenientes das elites gregas e pertencentes ao movimento literário conhecido como Segunda Sofística. A historiadora Deise Zandoná (2008) identificou essa terminologia como uma identidade arbitrária para um fenômeno cultural e intelectual que floresceu no início do Império romano, agrupando, sob uma mesma alcunha, diversos intelectuais que retomaram a tradição cultural grega por meio de artifícios retóricos, o que conferiu aos seus discursos estilo e verossimilhança. Assim, o termo serviu para denominar as atividades de um grupo de oradores gregos profissionais e foi cunhado no início do terceiro século antes da nossa era pelo sofista ateniense Filóstrato, cujo prefácio de sua *Vida dos Sofistas* trouxe como “devemos considerar a arte sofística como retórica filosófica” (Livro I, 480)⁷ e também demonstrou como a Segunda Sofística não se tratou de um repetição do primeiro movimento sofista:

⁵ O *philhellenismo*/φιλελληνισμός tem sua origem no termo grego φιλέλλην, que significa ter sentimentos amigáveis para com os helenos, uma admiração pela cultura grega. Contudo, como aponta Loukia Droulia (2007), a adição do “ismo” ocorreu no século XIX e adquire um significado de “amor pela cultura grega”. Pensamos, por meio da leitura do texto do autor acima citado, que o uso o termo *philhellenismo* foi tomado para dar significado aos usos da cultura dos gregos antigos, como a renascença e, no caso do presente estudo, a valorização da cultura grega pelo Império romano.

⁶ O pan-helenismo congregou cidades de todo o Mediterrâneo oriental em uma liga, desde que comprovassem ao imperador sua origem grega (mesmo que mitológica); contou com a instauração, em Atenas, com subvenção imperial, de escolas de filosofia grega que permaneceriam atuantes até a antiguidade tardia; e, por fim, os privilégios legais concedidos aos chamados “gregos” frente aos demais habitantes das províncias (GUARINELLO, 2009, p. 154).

⁷A tradução segue conforme proposta por Wilmer Cave France Wright, publicada pela William Heinemann e Putnam’s Sons em 1922.



A antiga sofística, mesmo quando propôs temas filosóficos, usados para discuti-los de forma difusa e prolongada; discorria sobre a coragem, discorria sobre a justiça, sobre os heróis e os deuses, e como o universo foi formado em sua presente forma. Mas a sofística que a seguiu, que não devemos chamar de nova, pois é antiga, mas de segunda, esboçou os tipos do homem pobre e rico, dos príncipes e tiranos, e manipulou argumentos que são relativos a temas definidos e especiais, para os quais a história mostra o caminho. Górgias de Leontino fundou a forma mais velha na Tessália, e Ésquines, filho de Atrometo, fundou a segunda, depois que foi exilado da vida política em Atenas e tornou-se conhecido na Cária e em Rodes; e os seguidores de Ésquines manusearam seus temas de acordo com as regras da arte, enquanto os seguidores de Górgias o fizeram como bem entenderam. (Livro I, 481).

A partir dessa definição filóstratiana, a historiografia, como já ressaltado, entendeu que a Segunda Sofística teve seu tópos na retórica. Neste cerne, Deise Zandoná (2010, p. 95-96) percebeu a Segunda Sofística como um movimento de intelectuais gregos, do qual Plutarco fez parte, que oscilaram entre a leitura e os ensinamentos da tradição cultural grega e a preservação de posições de influência nos círculos políticos no Império romano, isto é, promoveria a convivência com o poder romano. Logo, essa linha de pensamento argumentou, a partir da teoria da romanização, pelo pertencimento de Plutarco a uma elite intelectual grega que adotou e identificou-se com símbolos romanos, tendo como objetivo primeiro a manutenção de sua posição social.⁸

O autor Jan Maarten Bremer (2005, p. 257) enfatizou, dentro dessa corrente, como os gregos haviam aprendido a viver, nos dias de Plutarco, com a realidade do domínio romano, não o considerando como algo desagradável, pois lhes garantiam paz e prosperidade. Portanto, o filólogo elencou quatro pontos para Plutarco ter construído as *Vidas* dos generais romanos Caio Flaminio e Emílio Paulo quase como hagiografias (biografia de santos), ou seja, cheias de admiração por estes dois romanos: a primeira razão foi que Plutarco considerou ambos os romanos homens de elevada postura moral, pois, tendo eles conquistado a Grécia, foram generosos e justos em seu encontro com os

⁸ Richard Hingley (2010, p. 75) identificou como essa ideia - de que a política imperial romana esteve centrada na manutenção de suas numerosas elites, que ao negociarem suas próprias identidades objetivaram criar um sistema imperial que trabalharia em benefício de todos, ou, ao menos, para uma parcela mais significativa do corpo social – foi parte basilar da ideia de romanização.



gregos; o segundo ponto em que expressou grande admiração pelos conquistadores romanos esteve na demonstração de Plutarco em considerá-los portadores e promotores da cultura e língua grega, sendo dedicados aos interesses da Grécia e respeitadores de suas tradições culturais e religiosas; a terceira razão da admiração plutarquiana foi a suposta crença de que os dois romanos libertaram a Grécia das garras de um governador tirânico, o rei Filipe V da Macedônia; como última razão, uma variação do terceiro ponto, o autor sugeriu que Plutarco, membro pertencente da elite latifundiária grega, se sentiu em débito com estes libertadores da elite grega de agitações sociais experimentadas no final domínio macedônico, ou seja, aos olhos de Plutarco, o último mérito dos conquistadores romanos foi o de colocar um fim no perigo subversivo que o *dêmos* representava para as classes governantes.⁹

A partir da perspectiva da romanização, portanto, Plutarco esteve inserido dentro desse grande grupo de intelectuais gregos favoráveis à política Imperial, pois, como colocou Mária Durán López (2004, p. 37), encontramos em seus escritos uma resignação político-cultural frente ao domínio romano. Esta autora pontuou como encontramos nas biografias plutarquianas os valores gregos, uma vez que o próprio biógrafo se coloca enquanto um homem grego; mas, mesmo que Plutarco não tenha se sentido um romano, não manifestou aversão a Roma ou a enxergou como inimiga (LÓPEZ, 2004, p. 39-40). Mária López (2004, p. 38; 40) defendeu que Plutarco demonstrou em seus escritos a decadência de uma Grécia livre, devido principalmente às guerras constantes entre as cidades. Ao ver dessa linha de pensamento, os gregos se beneficiaram com o domínio romano, pois o biógrafo destacou acima de tudo a paz vivenciada pela Grécia neste período, isto é, Plutarco exaltou a *pax romana*, por perceber que ela livrou os gregos dos horrores da guerra e lhes deu oportunidade de administrar seus bens.

Deste modo, entendemos a existência de uma alegação, por parte dessa historiografia, de que as elites gregas se favoreceram de alguma maneira do domínio

⁹ Jan Bremer (2005, p. 265) evidenciou que a luta entre a minoria rica e a maioria pobre esteve presente ao longo da história das cidades-estados. O autor ainda definiu como a instauração de um governo centralizado durante o período helênico piorou este problema socioeconômico, pois reis e alguns indivíduos privados arrendaram vastas fortunas e largas porções de áreas aráveis; e, aos olhos das classes dominantes, tanto Filipe V como Perseu tomaram vantagem desse clima tenso ao se afastarem das classes latifundiária e procuraram se aproximar do *dêmos*.



romano, pois suas cidades dependiam do apoio imperial. No caso de Jan Bremer, Roma trouxe suporte contra a plebe insurrecionada, concedendo estabilidade ao poder das elites sobre suas cidades; para María López, apesar da resignação frente à falta de autonomia política, o domínio romano trouxe paz e liberdade de ação às elites gregas em seus territórios.

Essa discussão possuiu, portanto, desdobramentos significativos nas interpretações sobre a obra de Plutarco, que passou a ser compreendido como uma expressão genuína do termo cultura greco-romana. Em uma perspectiva menos normativa da romanização (em um sentido de harmonização cultural), os classicistas Delfin Leão e Maria do Céu Fialho afirmaram, na abertura do livro *Ética e Paideia em Plutarco*, como essa contingência histórica inelutável da romanização não motivou no biógrafo um sentimento de reação contra seus dominadores. Ao contrário, levou o beócio a nutrir uma profunda admiração por Roma e a produzir uma extensa obra onde operou, como nenhum outro autor antigo, uma síntese admirável entre a Grécia e o Lácio, dando um contributo decisivo para estabelecer a noção de uma *antiguidade clássica* (2008, p. 11 - grifo nosso).

Contudo, como dito anteriormente, uma historiografia recente vem problematizando essa abordagem que identificou Plutarco como favorável ao domínio romano, pois, a partir da noção de poder foucaultiano, passaram a compreender que a manutenção da unidade do Império não se deu de maneira uniforme ou harmoniosa, mas, sim, mantida por um exercício de poder, marcado por conflitos, resistências, contestações e manipulações. Nessa linha interpretativa, Maria Aparecida de Oliveira Silva (2007, p. 57) destacou a importância de perceber a narrativa plutarquiiana como uma manifestação cultural-identitária de um grego dominado pelas armas e pela política do Império romano, que encontrou em sua tradição cultural a maneira de manter-se digno diante desse quadro. Em sua tese de doutorado, a historiadora questionou as classificações generalizadoras do movimento da Segunda Sofística - que se definiu como a formação de um grupo de intelectuais pertencentes às elites gregas, que teve sua produção marcada pela retórica e glorificação do Império romano – evidenciando a importância de perceber a singularidade dos autores que são colocados sob seu jugo. Ao analisar o caso específico de Plutarco, a autora demonstrou como:



A literatura à época imperial revelou-se em muitos autores, como Plutarco, um meio de expressão cultural, não somente para exibir suas habilidades retóricas ou seus amplos conhecimentos, mas para que o mundo romano reconhecesse neles um povo diferenciado, culto e, principalmente, importante à sustentação política e cultural do Império (SILVA, 2007, p. 57).

Então, Maria Aparecida de Oliveira Silva (2006a, p. 258) percebeu a obra plutarquiana como um espaço de resistência grega à política imperial romana e não um pensamento subserviente atribuído aos participantes do movimento literário da Segunda Sofística. Assim, para a autora, os ditos plutarquianos se constituíram enquanto uma forma sutil de resistência intelectual, que, ao não primar pelo rompimento das relações de dominação, demonstrou como o poder político no Império apresentou-se mais contrabalançado em sua distribuição, ou seja, as relações de poder no Império se estabeleceram enquanto um fenômeno mais complexo do que os romanos dominando os gregos, cuja produção literária seria um fruto dessa relação, composta de discursos laudatórios ao poder Imperial (SILVA, 2007, p. 58). Nessa perspectiva, a tese central desta plutarquista brasileira consistiu na ideia de que Plutarco não compôs sua obra para exaltar ou glorificar Roma ou mesmo sua cultura, mas, sim, que o objetivo central do pensamento plutarquiano:

(...) está em **construir uma identidade grega no Império, pautada na história de seu povo e em sua tradição cultural**, como testemunho da importância dos gregos no Império e como demonstração da singularidade e da utilidade de sua cultura para o fortalecimento cultural e político do Império (SILVA, 2007, p. 207 – grifo nosso).

O trabalho de Maria Aparecida de Oliveira Silva nos permitiu pensar, nessa premissa, a importância da *paidéia* como um elemento fundamental para o entendimento da construção identitária grega como resposta ao impacto do domínio romano na Grécia, um meio de expressão para a resistência cultural. Rebecca Preston (2001, p. 89-90), apesar da diferença de abordagem proposta pela plutarquista brasileira acima citada, concordou sobre a importância da *paidéia* para a caracterização do plano



intelectual e social da literatura grega no início do principado romano, bem como para a compreensão de uma construção da identidade grega na obra de Plutarco.

A diferença de abordagem a que nos referimos se encontra no entendimento da construção da identidade grega plutarquiana, Rebecca Preston (2001, p. 115) identificou no *corpus* plutarquiano, em específico os tratados *Questões Romanas* e *Questões Gregas*, como o autor de Queroneia reproduziu as preocupações da elite grega pertencente à Segunda Sofística, evidenciando uma inexistência de oposição ao poder imperial na obra de Plutarco, ou seja, a autora defendeu o lugar do biógrafo como súdito romano, com um projeto intelectual marcado pela manutenção da identidade grega e do poder romano. Contudo, a autora se deparou com a existência de uma divergência na relação de Plutarco com Roma, ou melhor, expressando por vezes como as questões em torno desta relação foram complexas e contraditórias (PRESTON, 2001, p. 118). Nessa premissa, Rebecca Preston (2001, p. 91) constatou que Plutarco se viu enquanto grego e identificou os romanos como outros; ressaltou, também, como o biógrafo interpretou a estrutura social romana a partir de sua visão grega de mundo. Entretanto, a autora não viu essa diferenciação de gregos e romanos como uma demonstração da superioridade cultural dos helenos frente aos seus dominadores do Lácio, como identificou Maria Aparecida de Oliveira Silva, mas, tomando como referências ideias basilares do fenômeno de romanização, entendeu essa distinção como uma tentativa de Plutarco em afirmar o convívio e entrelace dessas duas culturas. Identificamos no pensamento de Rebecca Preston a necessidade de colocar o pensamento plutarquiano em um projeto literário maior, a Segunda Sofística, mesmo tendo concluído as contradições das próprias ideias plutarquianas sobre Roma.

Retornando a questão da *paidéia*, o historiador Fábio Cerqueira (2010) estudou, tendo como foco o entendimento de Plutarco sobre a influência da educação musical na formação do caráter de seus biografados, a distinção entre gregos e romanos nas *Vidas*. Assim, para este classicista:

(...) mesmo que sutilmente, Plutarco não abre mão de considerar os gregos, com sua *Paidéia* e focados nos valores morais, como superiores aos romanos, direcionados ao poder. (...) Porém, mais do que uma superioridade de erudição, de inteligência, aponta fundamentalmente para uma superioridade moral dos gregos sobre os romanos em decorrência da educação que moldava



o caráter para a *sophrosýne*¹⁰, para o que a música contribuía sobremaneira (VERGARA, 2010, 136).

Nesse mesmo sentido, Maria Aparecida de Oliveira Silva (2007b, p. 193) demonstrou, ao enumerar diferentes influências da teoria platônica no pensamento de Plutarco, a deferência plutarquiana pela noção de *paidéia* de Platão, pois “uma das finalidades da filosofia moral platônica é a formação dos cidadãos por intermédio da educação”. Assim, o discurso moralizante de Plutarco incentivou sua audiência “a práticas salutaras em seu cotidiano: o culto aos deuses, o cuidado com a saúde física e mental, o zelo com a mulher e os filhos, o bom comportamento em público” (SILVA, 2007, p. 204). Portanto, no entender dessa plutarquista, estas virtudes inerentes ao homem grego plutarquiano foram ressaltadas em seu *corpus* como um meio de educar Roma, ou seja, Plutarco acreditou que a *paidéia* grega poderia contribuir para a formação de homens virtuosos, aptos para o governo do Império e suas províncias.

Considerações Finais

Por meio desse debate, entendemos a importância de se estudar as particularidades do discurso de um/a autor/a ao invés de recorrer a estruturas analíticas generalizantes, como a necessidade de se agrupar sobre um mesmo título pensamentos de diferentes sujeitos, a Segunda Sofística. Dessa forma, ao estudarem particularmente Plutarco, as/os pensadoras/es aqui analisadas/os identificaram a existência de um projeto intelectual nos escritos do biógrafo grego: a preservação da tradição cultural grega e a identificação de suas diferentes contribuições para a manutenção política do Império, como a necessidade de uma educação grega para a formação de um governante virtuoso.

¹⁰ Poderíamos traduzir *σωφροσύνη* por moderação ou temperança. Em um pequeno estudo sobre o termo, Cristina Franciscato (2004, p. 1) discutiu como este se trata “(...) de um substantivo com a mesma raiz do verbo *sophonéo* que significa ter a mente sã; ser temperante, adquirir moderação. Daí também o adjetivo *sóphron*, prudente, moderado, aquele que tem controle sobre os apetites e desejos. Esse grupo de palavras é formado a partir do termo *sáos*, “são, salvo”, e de *phrén*, substantivo cujo significado vai desde “diafragma” até “coração” como o lugar das paixões, dos sentimentos e apetites corporais. Também designa a “mente” como sede das percepções e pensamentos. Enfim, *sophrosýne* é, literalmente, o estado de integridade e saúde da mente e pode ser traduzida como moderação, prudência, justa medida, autocontrole, temperança”. A *sophrosýne* se contrapõe à *ὑβρις* (*hýbris*) o excesso e a desmedida, mas também pode ser traduzido como arrogância ou orgulho.



Para concluir, é necessário ressaltar a importância do alinhamento dos estudos sobre Plutarco à proposta conceitual de poder foucaultiana, pois somente a partir dessa perspectiva é que foi possível conceber os escritos plutarquianos como um espaço para a manifestação da resistência grega ao domínio romano, rompendo com a concepção de uma subserviência pacífica atribuída aos intelectuais pertencentes à Segunda Sofística.

Referências Bibliográficas:

BREMER, Jan Maarten. Plutarch and the “Liberation of Greece”. In: BLOIS, Lukas de; BONS, Jerone; KESSELS, Ton; SCHENKEVELD, Dirk. *The Statesman in Plutarch’s Work: Proceedings of the Sixth International Conference of the International Plutarch Society*. Vol. II: The Statesman in Plutarch’s Greek and Roman Lives. London & Boston: Brill, 2005, pp. 257-26.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. A Educação Musical nas *Vidas* de Plutarco: Identidade e Tradição Cultural Grega no Império Romano. In: CERQUEIRA, Fábio Vergara & SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. *Ensaio sobre Plutarco: Leituras Latino-Americanas*. Pelotas: Editora da UFPel, 2010, p. 95-147.

DROULIA, Loukia. The Revival of the Greek Ideal and Philhellenism: A Perambulation. *Filhellenizm w Po/sce. Rekonesans*. Praca Zbiorowa pod redakcja M. Borowskiej, M. Kalinowskiej, J. Lawskiego, *Πανεπιστήμιο Βαρσοβίας, Βαρσοβία* 2007, σ. 25-38.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

_____. *Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões*. Petrópolis: Vozes, 2004.

FRANCISCATO, Maria Cristina. Hýbris e Sophrosýne: Transgressões e Justa Medida entre os Gregos. *Anais do Seminário Sociedade e Valores Humanos*, SESC, 2004, Bauru-SP, 2004.

GARRAFFONI, Renata Senna. *Gladiadores na Roma Antiga: Dos Combates às Paixões Cotidianas*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2005.

GIANAKARIS, C. J. *Plutarch*. New York: Twayne Publisher Inc, 1970.

GUARINELLO, Noberto Luiz. Império Romano e Identidade Grega. In: FUNARI, Pedro Paulo e SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. *Políticas e Identidades no Mundo Antigo*. São Paulo: Annablume, 2009, pp. 147-161.



_____. Plutarco e a Identidade Grega no Império. In: SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. *Plutarco Historiador: Análise das Biografias Espartanas*. São Paulo: Edusp, 2006, p. 15-22.

HERSHBELL, Jackson. Plutarch's Political Philosophy: Peripatetic and Platonic. In: BLOIS, Lukas de; BONS, Jerone; KESSELS, Ton; SCHENKEVELD, Dirk. *The Statesman in Plutarch's Work: Proceedings of the Sixth International Conference of the International Plutarch Society*. Vol. I: Plutarch's Statements and his Aftermath: Political, Philosophical, and Literary Apects. London & Boston: Brill, 2004, pp. 151-162.

HINGLEY, Richard. *O Imperialismo Romano: Novas Perspectivas a partir da Bretanha*. São Paulo: Annablume, 2010.

LEÃO, Delfim & FIALHO, Maria do Céu. In Limine. SOARES, Carmem; FERREIRA, José Ribeiro; FIALHO, Maria do Céu. *Ética e Paideia em Plutarco*. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2008, pp. 11-12.

LÓPEZ, María de los Ángeles Durán. Plutarco, Ciudadano Griego y Súbdito Romano. In: BLOIS, Lukas de; BONS, Jerone; KESSELS, Ton; SCHENKEVELD, Dirk. *The Statesman in Plutarch's Work: Proceedings of the Sixth International Conference of the International Plutarch Society*. Vol. I: Plutarch's Statements and his Aftermath: Political, Philosophical, and Literary Apects. London & Boston: Brill, 2004, pp. 33-41.

JONES, Christopher. *Plutarch and Rome*. Oxford: Clarendon Press, 1971.

Philostratus. *The Lives of the Sophists*. Transl. Wilmer Cave France Wright London & New York: William Heinemann & Putnam's Sons, 1922.

PINTO, Renato. O Impulso de Romanizar. *Revista de Estudos de Filosofia e de História da Antiguidade, Cps/Bsb*, nº 22/23, jul. 2006/jun. 2007.

PRESTON, Rebecca. Roman Questions, Greek Answers: Plutarch and the Construction of Identity. In: GOLDHILL, Simon. *Being Greek under Rome: Cultural Identity, the Second Sophistic and Development of Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 86-119.

SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. Plutarco e a Segunda Sofística. *Clássica*, n. 19, v. 2, pp. 257-264, 2006a.

_____. *Plutarco e Roma: O Mundo Grego no Império*. São Paulo: FFLCH-USP, 2007. (Tese de Doutorado em História).

_____. *Plutarco Historiador: Análise das Biografias Espartanas*. São Paulo: Edusp, 2006b.



TÉTART, Philippe. *Pequena História dos Historiadores*. São Paulo: Edusc, 2000.

ZANDONÁ, Deise. A Segunda Sofística: Intelectuais, Historiografia e Poder Político na Era dos Antoninos. *História e-História*, 2008.